MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS
Direcção Geral das Colónias
3.ª Repartição

DECRETO N.º 641

Sendo necessário providenciar sobre uma omissão existente no regulamento postal ultramarino, aprovado por decreto de 11 de Dezembro de 1902 referente ao abão de ajudas de custo aos empregados que procederem a inspecções fora da sede do seu cargo; e

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias decretar que o n.º 3.º do artigo 89.º do regulamento acima citado, seja substituído pelo seguinte:

«3.º Aos empregados que fizerem serviço nas ambulâncias postais e aos que procederem a inspecções, quer nas ambulâncias, quer eventualmente fora da sede das repartições ou estações a que pertençam, por cada dia de serviço:

- a) Aos empregados em inspecção, 2\$.
- b) Ao chefe da ambulância postal, 1\$50.
- c) Aos ajudantes, 1\$.
- d) Aos contínuos ou carteiros, \$60.
- e) Aos serventes, \$30.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 14 de Julho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
Repartição de Instrução Secundária

DECRETO N.º 642

Tendo sido aprovado, por despacho ministerial de 19 do corrente mês, o projecto para a construção do novo edificio destinado ao Liceu Central de Alexandre Herculano, no Pôrto;

Tornando-se necessário proceder à aquisição do terreno nos termos da carta de lei de 18 de Abril de 1912;

Ao abrigo das disposições da carta de lei de 26 de

Julho do mesmo ano, e com a fixação de seis meses e dum e quatro anos para as expropriações, começo e fim das obras;

Usando das atribuições que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar que sejam expropriados, por utilidade pública, com destino ao mencionado fim: 28:592,50 metros quadrados do terreno, na propriedade conhecida com o nome de Sacais, inscrita na matriz predial com o nome de Joaquina Ferreira Cardoso, nos artigos 376.º e 2694.º, limitada ao norte pela avenida aprovada em sessão camarária de 22 de Janeiro último, ao nascente pela Rua de Barros Lima, ao poente por uma perpendicular à citada avenida, distante 175 metros da Rua de Barros Lima e prolongando-se para o sul na extensão de 150 metros, e, ao sul, por uma recta partindo do extremo dessa perpendicular na direcção da Rua de Barros Lima e prolongando-se até encontrar o limite sul da quinta, ficando assim revogado o decreto de 30 de Maio último, e, outrossim, encarregando o reitor do Liceu de Alexandre Herculano, Júlio César da Vitória, de proceder às negociações necessárias para a execução do presente decreto.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 14 de Julho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *José de Matos Sobral Cid*.

Repartição de Instrução Artística

DECRETO N.º 643

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, que a Irmandade dos Clérigos Pobres de Coimbra seja autorizada a exercer o culto na Igreja de S. Salvador, e suas pertenças, sita na referida cidade de Coimbra, e que é considerada monumento nacional.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 14 de Julho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *José de Matos Sobral Cid*.